senão o valor que resultava da limitação edificativa legalmente estabelecida. Ora, se é verdade que o ‘princípio da igualdade de encargos’ entre os cidadãos, a que o Tribunal Constitucional já fez apelo por diversas vezes, a propósito da apreciação de regras de definição do cálculo da indemnização, obriga a que o expropriado não seja penalizado no confronto com os não expropriados, também não se afigura curial que, pela via da expropriação, devam os expropriados vir a ser manifestamente favorecidos em relação aos não expropriados. De facto, se é verdade que a indemnização só é justa se conseguir ressarcir o expropriado do prejuízo que ele efectivamente sofreu, e, por isso, não pode ser irrisória ou meramente simbólica, também não poderá ser desproporcionada à perda do bem expropriado para fins de utilidade pública. Assim, se a parcela a expropriar não permite legalmente a construção, não pode ser paga com o preço que teria se pudesse ser-lhe implantada uma construção.”

Pelo exposto, há que considerar que a interpretação das normas contidas no n.º 1 do artigo 23.º e no n.º 1 do artigo 26.º do Código das Expropriações (1999), que conduz a incluir na classificação de ‘solo apto para a construção’ e, conseqüentemente, a indemnizar como tal o solo integrado na Reserva Agrícola Nacional, expropriado para implantação de vias de comunicação, viola o princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição.»

3 — É esta jurisprudência — para cuja fundamentação se remete — que agora se reitera.

Tal como na decisão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Novembro de 2003 (o acórdão recorrido nos autos em que se proferiu aquele acórdão do Tribunal Constitucional), também na decisão recorrida nos presentes autos se «considerou que, embora haja jurisprudência a defender que os solos incluídos na RAN ou na REN ‘não podem ser considerados aptos para construção’, mas tão-só ‘para outros fins’, de acordo com a sua função natural [...] se tem] veiculado, e de forma crescente, a tese de que tais classificações não impedem que sejam considerados ‘solos aptos para construção’, desde que se verifiquem os requisitos de que o Código das Expropriações faz depender a inclusão nesta categoria, acrescentando-se, por vezes, ser necessário haver uma expectativa forte de ser possível construir nos mesmos».

Importando apenas acrescentar que não pode acompanhar-se o relevo dado pelo acórdão da Relação do Porto — designadamente, para distinguir o presente caso do versado no Acórdão n.º 275/2004 — à circunstância de, no caso dos autos, *as parcelas de terrenos circundantes não estarem integradas em Reserva Agrícola Nacional e sem qualquer aptidão edificativa, quando se integram nesta Reserva parcelas de terreno situadas na área envolvente*, cujo perímetro exterior se situa a 300 m (ou menos) do limite da parcela expropriada (artigo 5.º dos factos provados).

Pelas razões expostas, importa concluir que o artigo 26.º, n.º 12, do Código das Expropriações, quando interpretado no sentido de ser indemnizável como solo apto para construção terreno integrado na RAN com aptidão edificativa segundo os elementos objectivos definidos no n.º 2 do artigo 25.º do mesmo Código, é inconstitucional, por violação do princípio da igualdade (artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa).

III — **Decisão.** — Pelo exposto, decide-se:

a) Julgar inconstitucional, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, o artigo 26.º, n.º 12, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, quando interpretado no sentido de ser indemnizável como solo apto para construção terreno integrado na RAN com aptidão edificativa segundo os elementos objectivos definidos no n.º 2 do artigo 25.º do mesmo Código;

b) Conceder provimento ao recurso, determinando a reforma da decisão recorrida em conformidade com o presente juízo de inconstitucionalidade.

Sem custas, face à isenção da recorrente.

Lisboa, 11 de Julho de 2006. — *Maria João Antunes* — *Maria Helena Brito* — *Carlos Pamplona de Oliveira* (vencido conforme declaração) — *Rui Manuel Moura Ramos* (vencido, nos termos do entendimento explanado no Acórdão n.º 114/2005, que subscrevi, e da declaração de voto que apus ao Acórdão n.º 145/2005) — *Artur Maurício*.

Declaração de voto

1 — Entendo, em primeiro lugar, que o princípio da igualdade não é, nesta sede, convocável como parâmetro de aferição da conformidade constitucional da norma em causa.

2 — Em segundo lugar, entendo que a norma impugnada, tal como foi concretamente aplicada no acórdão recorrido, não viola a regra da justa indemnização que, nesta matéria, a Constituição especificamente impõe no seu artigo 62.º, n.º 2.

3 — Em consequência, negaria provimento ao recurso. — *Carlos Pamplona de Oliveira*.

Acórdão n.º 574/2006

Processo n.º 438/2006

Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

I — **Relatório.** — 1 — Nos presentes autos de fiscalização concreta da constitucionalidade, vindos do Tribunal da Comarca de Tomar, foi proferida a seguinte decisão:

«O Ministério Público, acusando o arguido dos factos descritos de fls. 46 a 49, imputa-lhe, além do mais, a autoria material de um crime de desobediência qualificada, previsto e punível pelas disposições conjugadas do artigo 348.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal e pelo artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada, na redacção emergente do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro.

Todavia, salvo o devido respeito, estamos em crer que, nesta parte, os factos descritos na acusação correspondem, antes, a crime de violação de proibições ou interdições, previsto e punível pelo artigo 353.º do Código Penal.

Senão, vejamos.

Na acusação vai dito que ao arguido foi aplicada, por sentença proferida no dia 15 de Junho de 2004, transitada em julgado no dia 30 de Junho de 2004, no âmbito do processo comum n.º 431/03.4.GBTMR, do 1.º Juízo deste Tribunal, a pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor pelo período de 12 meses.

Todavia, o arguido viria — de acordo com a acusação — a conduzir veículo automóvel no dia 18 de Junho de 2005 (ou seja, ainda, dentro do prazo de 12 meses da proibição, contada esta, como é nosso entendimento, a partir do trânsito da respectiva sentença).

Daqui conclui a digna magistrada do Ministério Público que praticou o arguido o referido crime de desobediência qualificada, já que estaria bem ciente de que não podia conduzir veículos a motor e consciente de que a sua conduta era ilícita e penalmente punível.

Estamos em crer que o entendimento da digna magistrada do Ministério Público se estriba no facto de o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, ter alterado a norma que previa a incriminação da conduta de todo aquele que conduzisse estando inibido de o fazer, por sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva.

Na verdade, no domínio da precedente redacção do Código da Estrada, dispunha o n.º 4 do artigo 139.º do Código da Estrada que quem conduzisse veículo a motor estando inibido de o fazer por sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva era punido por desobediência qualificada.

Actualmente, o n.º 2 do artigo 138.º do Código da Estrada, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, dispõe no sentido de que quem praticar qualquer acto estando inibido *ou proibido* de o fazer por sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva que aplique uma sanção acessória é punido por crime de desobediência qualificada.

Como é bom de ver, existem relevantes diferença entre uma e outra das redacções. Assim, quando antes se dizia: ‘quem conduzisse’; ora diz-se: ‘quem praticar qualquer acto’; onde anteriormente se lia: ‘estando inibido de o fazer’; hoje, lê-se: ‘estando inibido *ou proibido* de o fazer’.

Parece, pois, que o legislador pretendeu estender a cominação por desobediência qualificada não só à conduta do indivíduo que conduza estando inibido de o fazer por força de decisão administrativa, como também, em derrogação da norma que prevê a tipificação do crime de violação de proibições ou interdições, à conduta do indivíduo que conduza um veículo automóvel estando *proibido* de o fazer por força de pena acessória aplicada por sentença criminal.

Sucedendo que, no nosso ver, a norma que se extrai do n.º 2 do artigo 138.º do Código da Estrada na redacção actual, quando interpretada neste último sentido, é organicamente inconstitucional.

Com efeito, aquele n.º 2 do artigo 138.º do Código da Estrada reveste a natureza de uma norma penal. Ou seja, define os pressupostos objectivos de um tipo legal de crime, no caso, o de desobediência qualificada.

Conforme refere Cristina Líbano Monteiro, ‘na alínea a) do n.º 1 do artigo 348.º do Código Penal, o crime de desobediência parece destinado a servir de norma auxiliar (em sentido forte, uma vez que fixa as condições básicas do ilícito e a sua pena) a alguns

preceitos de direito penal extravagante que incriminam um determinado comportamento desobediente, sem contudo fixarem uma moldura penal própria.

O Tribunal Constitucional teve já, de resto, oportunidade de dilucidar a questão de saber se, quanto ao crime de desobediência qualificada, a disposição legal a que se refere o n.º 2 do artigo 348.º pode ser uma norma contida em qualquer diploma legislativo ou apenas uma norma penal, a implicar, neste caso, que conste de lei parlamentar ou decreto-lei parlamentarmente autorizado, sob pena de padecer de inconstitucionalidade orgânica.

Entendeu aquele Tribunal que independentemente de saber se é ou não possível considerar que a desobediência simples se encontra tipificada no citado artigo 348.º, quanto ao critério da infração e quanto aos seus destinatários no tocante às condutas realmente proibidas, já se afigura indiscutível que a desobediência qualificada não encontra ali qualquer critério distintivo relativamente à desobediência simples, pelo que a disposição legal que cominar a punição da desobediência qualificada procede necessariamente, ela própria, à definição do tipo de crime.

Daí que tenha entendido, também, ser organicamente inconstitucional uma disposição legal que comine a desobediência qualificada, quando tal disposição não conste de lei parlamentar ou decreto-lei autorizado.

De resto, observando as anteriores alterações ao Código da Estrada, logo se vê que, quando o Governo decidiu proceder a modificações no regime sancionatório e, em especial, no que concerne aos ilícitos criminais que entendeu tipificar naquele diploma ou em matérias com ele relacionados, fê-lo habilitado por lei de autorização legislativa.

Assim sucedeu com a significativa alteração levada a efeito pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, no uso da autorização legislativa concedida pelos artigos 1.º a 3.º da Lei n.º 97/97, de 23 de Agosto.

Relembre-se que a alínea *b*) do artigo 3.º desta lei de autorização legislativa dispunha, muito concretamente, que o Governo ficava autorizado a estabelecer a punição como crime de desobediência qualificada do exercício da condução por pessoa inibida de conduzir por sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva.

Sucedeu, porém, que a lei de autorização legislativa com base na qual o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º 44/2005 — a Lei n.º 53/2004, de 4 de Novembro — não credenciava o Governo a tipificar qualquer conduta como crime, nem a alterar os pressupostos objectivos do tipo legal de crime de desobediência qualificada, que, anteriormente, estava previsto pelas disposições conjugadas do artigo 348.º, n.º 2, do Código Penal e do artigo 139.º, n.º 4, do Código da Estrada.

Na verdade, 'se as autorizações legislativas não querem limitar-se a cheques em branco, necessário se torna especificar o objecto da autorização, e não indicar apenas, de um modo vago, genérico ou flutuante, as matérias que irão ser objecto de decretos-leis delegados (princípio da especialidade das autorizações legislativas)', sendo certo que deve existir uma relação de conformidade entre o parâmetro superior representado pela lei autorizante e o decreto-lei que faz uso das autorizações legislativas, sob pena de, quando o decreto-lei incidir sobre uma matéria de competência reservada sem que tenha havido qualquer autorização legislativa se verificar uma hipótese de inconstitucionalidade orgânica.

Ora, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa é da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre a definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respectivos pressupostos, bem como processo criminal, salvo autorização ao Governo.

Assim sendo, na ausência de autorização legislativa, é a norma do n.º 2 do artigo 138.º do Código da Estrada, na redacção resultante do Decreto-Lei n.º 44/2005, na interpretação segundo a qual comete um crime de desobediência qualificada todo aquele que conduzir um veículo automóvel estando proibido de o fazer por força de pena acessória aplicada por sentença criminal transitada em julgado, organicamente inconstitucional, pelo que recuso aplicar uma tal norma no caso dos autos (artigo 204.º da Constituição da República Portuguesa).

Resta dizer que, expurgado o ordenamento daquela norma, sempre sobra que a conduta do arguido, tal como descrita na acusação, continua a ser passível de censura criminal, na exacta medida em que se subsume à previsão do artigo 353.º do Código Penal: crime de violação de proibições ou interdições.

E, por assim ser, recebo a acusação pública de fls. 46 a 49, na medida em que os factos aí narrados correspondem à prática, pelo arguido, de um crime de violação de proibições ou interdições, previsto e punível pelo artigo 353.º do Código Penal, em concurso efectivo com a prática de um crime de condução de veículo em

estado de embriaguez, previsto e punível pelas disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 292.º do Código Penal e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 69.º do mesmo diploma legal.»

O Ministério Público interpôs recurso de constitucionalidade obrigatório, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional, para apreciação da conformidade à Constituição da norma do artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada, na redacção do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro.

Junto do Tribunal Constitucional, o recorrente apresentou alegações que concluiu do seguinte modo:

«1 — Qualquer que seja o sentido da decisão sobre a questão normativa que é objecto do recurso, a acusação deduzida contra o arguido será sempre recebida pelos factos aí descritos que integram a prática de um crime contra a autoridade pública, a que corresponde pena de prisão até 2 anos ou multa até 240 dias, motivo pelo qual, atenta a função instrumental do presente recurso de constitucionalidade, não deverá conhecer-se do seu objecto.

2 — A não se entender assim, deverá confirmar-se o juízo de inconstitucionalidade orgânica, que levou a decisão recorrida a recusar a aplicação da norma do artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada na redacção resultante do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, uma vez que o Governo legislou sobre matéria, a que alude a alínea *c*) do artigo 165.º, n.º 1, da Constituição, não tendo para tanto prévia autorização legislativa.»

Cumpra apreciar e decidir.

II — **Fundamentação.** *A) Questão prévia.* — 2 — O Ministério Público invoca a inutilidade da apreciação da conformidade à Constituição da norma desaplicada, já que a acusação contra o recorrente sempre será recebida em face da qualificação dos factos de acordo com o artigo 353.º do Código Penal.

Ora, é verdade que os factos em causa não sofreram qualquer alteração e que as penas previstas na norma do Código da Estrada e na norma do Código Penal são idênticas. No entanto, a qualificação de uma dada factualidade à luz de um determinado preceito tem consequências jurídicas que se repercutem (podem repercutir-se) na determinação da responsabilidade criminal do agente. Com efeito, o princípio da legalidade penal implica a vinculação da qualificação jurídica que o operador judiciário faz a um determinado regime jurídico, nomeadamente no que respeita à sucessão de leis no tempo. Na verdade, a qualificação dos factos à luz da norma do Código da Estrada submete a situação à hipotética alteração favorável do regime penal estradal, da qual o arguido sempre beneficiaria, em face do artigo 2.º, n.º 4, do Código Penal.

Desse modo, subsiste o interesse da apreciação da questão de constitucionalidade.

B) O artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada. — 3 — O tribunal *a quo* recusou a aplicação da norma do artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada, com fundamento em inconstitucionalidade orgânica.

O artigo 138.º, n.º 2, do Código da Estrada tem a redacção do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro. Este preceito alarga a incriminação da desobediência qualificada que resultava do artigo 139.º, n.º 4, do Código da Estrada, na redacção anterior. Com efeito, enquanto esta disposição previa a punição da condução por quem estivesse inibido de o fazer por sentença ou decisão administrativa, o referido artigo 138.º, n.º 2, consagra a punição do agente que pratique qualquer acto para cuja prática esteja proibido ou inibido.

Cabe sublinhar que a norma a que se refere o artigo 348.º, n.º 2, do Código Penal (a norma que prevê o comportamento a punir como desobediência qualificada) consubstancia ainda a definição de crime, pelo que a sua emissão está abrangida pela reserva parlamentar a que se refere o artigo 165.º, n.º 1, alínea *c*), da Constituição.

Ora, da Lei n.º 53/2004, de 4 de Novembro, lei que autorizou o Governo a proceder à revisão do Código da Estrada, não consta qualquer referência à matéria penal em causa.

A nova norma, ainda que com zonas de sobreposição, abrange hipóteses distintas e implica ponderações diferentes, nomeadamente no que respeita à variação relativa da gravidade da ilicitude dos vários comportamentos tipificados, com consequências para os comportamentos que agora são abrangidos. Com efeito, o n.º 4 do artigo 139.º do Código da Estrada, na redacção anterior ao Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, previa a punição por desobediência qualificada para quem conduzisse veículo a motor estando inibido de o fazer por sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva, ao passo que o n.º 2 do artigo 138.º do Código da Estrada, na redacção do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, prevê a mesma punição quer para quem praticar qualquer acto, quer esteja inibido quer esteja proibido de o fazer. Independentemente de saber se, noutras hipóteses em que não existisse uma exacta coincidência de factualidade típica, ainda assim por razões de ilicitude material se teria de reconhecer o carácter inovatório da norma em

causa, o certo é que, no presente caso, o agente violou a proibição de condução de veículo a motor decorrente da sanção acessória aplicada por sentença transitada em julgado que o condenou por crime rodoviário. Como se verifica, não existe total coincidência entre a factualidade típica constante das duas normas incriminadoras.

Conclui-se, pois, que o Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, procedeu a alterações para as quais não foi concedida autorização legislativa, pelo que se confirmará o juízo de inconstitucionalidade constante da decisão recorrida.

III — **Decisão.** — 4 — Em face do exposto, o Tribunal Constitucional decide confirmar o juízo de inconstitucionalidade orgânica constante da decisão recorrida.

Lisboa, 18 de Outubro de 2006. — *Maria Fernanda Palma* — *Paulo Mota Pinto* — *Benjamim Rodrigues* — *Mário José de Araújo Torres* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

Acórdão n.º 576/2006

Processo n.º 755/2006

Acordam na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — **Relatório.** — Por decisão de 5 de Maio de 2006 do juiz do 5.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães, foi declarada a insolvência de BÉBELAR — Têxteis e Confecções, L.ª, que se apresentara à insolvência, e designado como administrador da insolvência José António Ferreira de Barros.

No decurso da assembleia de credores, realizada em 17 de Agosto de 2006, foi submetida à votação uma proposta de substituição do administrador anteriormente nomeado, proposta que foi aprovada por credores que representavam 63,25% dos créditos reclamados, na sequência do que foi proferido o seguinte despacho judicial:

«Do resultado da votação extrai-se que a assembleia de credores votou maioritariamente pela substituição do Sr. Administrador.

Nos termos do disposto no artigo 53.º, n.º 3, o juiz só pode deixar de nomear como administrador da insolvência a pessoa eleita pelos credores quando a mesma não esteja inscrita na lista oficial ou quando careça de idoneidade ou aptidão para o exercício do cargo.

Nos termos do disposto no artigo 202.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, é aos tribunais que compete administrar a justiça em nome do povo, aqui se incluindo obviamente, nos termos das leis processuais, a tramitação dos vários processos e o respectivo julgamento.

Ora, face às competências previstas no CIRE para o administrador da insolvência, crê-se que o conteúdo das normas previstas no artigo 53.º do CIRE padece de inconstitucionalidade por manifesta violação do conteúdo essencial da função jurisdicional. Com efeito, é ao juiz que incumbe a nomeação do administrador de insolvência, bem como a fiscalização do exercício das respectivas funções, sendo essa nomeação um acto de relevante importância no desenvolvimento de todo o processo.

Assim, é nosso modesto entendimento que viola frontalmente a CRP a atribuição de poderes à assembleia de credores para alterar, sem qualquer fundamentação mínima, sem qualquer justificação válida, a nomeação feita pelo juiz do processo.

Assim, por considerar inconstitucionais, *in casu*, as normas do artigo 53.º do CIRE e nos termos do disposto no artigo 204.º da CRP, decido desaplicar, por violação do disposto no artigo 202.º, n.ºs 1 e 2, da CRP, as referidas normas e, em consequência, mantenho em funções o Sr. Administrador já nomeado.»

É deste despacho que vem interposto recurso pelo Ministério Público, nos termos dos artigos 70.º, n.º 1, alínea *a*), e 72.º, n.º 3, da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, aprovada pela Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, e alterada, por último, pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro (LTC), pretendendo-se ver apreciada a inconstitucionalidade, por violação do artigo 202.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da norma constante do artigo 53.º, n.º 3, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março.

Neste Tribunal Constitucional, o representante do Ministério Público apresentou alegações, concluindo:

«1.º Não se situa no âmbito da função jurisdicional a escolha ou designação, em processo de natureza executiva, singular ou universal, da pessoa ou entidade a quem está cometida uma função de gestão material do processo, realizando todos os actos que não dependam de actuação ou decisão do juiz.

2.º Mesmo que se considere que, em tais processos, o princípio constitucional da ‘reserva do juiz’ implica que — apesar da des-

judicialização parcial prosseguida pelo legislador — ao juiz deve estar cometido um poder geral de controlo do processo, adequando-o aos seus fins e sindicando a actuação dos intervenientes processuais que cooperam com o tribunal, a norma constante do artigo 53.º do CIRE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, não afronta tal princípio.

3.º Na verdade, face ao regime legal estabelecido, incumbe ao juiz valorar a nomeação feita pela assembleia de credores, rejeitando-a quando formule um juízo negativo acerca das capacidades e idoneidade do eleito, bem como sindicando a sua actuação processual, destituindo o quando ocorra justa causa.

4.º Termos em que deverá proceder o presente recurso, em consonância com um juízo de constitucionalidade da norma desaplicada na decisão recorrida.»

Os recorridos não apresentaram contra alegações.

Tudo visto, cumpre apreciar e decidir.

2 — **Fundamentação.** — 2.1 — A decisão recorrida recusou a aplicação da norma do artigo 53.º, n.º 3, do CIRE, por a reputar violadora do artigo 202.º, n.º 1 («Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para aplicar a justiça em nome do povo») e n.º 2 («Na administração da justiça incumbe aos tribunais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados»), da CRP, já que desrespeitaria o «conteúdo essencial da função jurisdicional», por ser «ao juiz que incumbe a nomeação do administrador de insolvência, bem como a fiscalização do exercício das respectivas funções, sendo essa nomeação um acto de relevante importância no desenvolvimento de todo o processo».

O Tribunal Constitucional já teve oportunidade de, por várias vezes, densificar o conceito constitucionalmente relevante de *função jurisdicional*, cujo exercício incumbe aos tribunais, mas tem-no feito, na maioria das vezes, em contraposição à noção de função administrativa. A função jurisdicional tem sido caracterizada por se consubstanciar numa composição de conflitos de interesses, levada a cabo por um órgão independente e imparcial, de harmonia com a lei ou com critérios por ela definidos, tendo como fim específico a realização do direito e da justiça, enquanto a função administrativa é, ao invés, uma actividade que, partindo de uma situação de facto traduzida numa «questão de direito», visa a prossecução do interesse público que a lei põe a cargo da administração e não a paz jurídica que decorre da resolução dessa questão (cf. a síntese das posições mais relevantes constante do Acórdão n.º 80/2003).

No presente caso, porém, não está tanto em causa a diferenciação material daquelas duas funções, mas antes o entendimento, subjacente à decisão ora recorrida, de que a reserva da função jurisdicional implica não apenas a exigência de que seja um juiz a dirimir o conflito de interesses em presença, mas também que seja o juiz a deter a direcção do respectivo processo.

No entanto, mesmo que se admita que aquela reserva comporta esta extensão, é patente que, no caso, os termos em que está legalmente regulada a intervenção da assembleia de credores na designação do administrador da insolvência não permite concluir que seja posto em causa o domínio do processo pelo juiz.

Para fundamentar esta asserção, importa descrever os traços mais salientes do regime instituído pelo CIRE.

2.2 — Conforme se explicita na exposição de motivos do Decreto-Lei n.º 53/2004, a aprovação do CIRE, em substituição do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência (CPEREF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril, teve por preocupação fundamental a «agilização» desse procedimento, proporcionando a «resolução célere e eficaz dos processos judiciais decorrentes da situação de insolvência das empresas», por se reconhecer que «a manutenção do regime actual por mais tempo resultaria em agravados prejuízos para o tecido económico e para os trabalhadores». Porém, «a reforma [...] empreendida não se limitou [...] à colmatção pontual das deficiências da legislação em vigor, antes assentou no que se julgou ser uma mais correcta perspetivação e delimitação das finalidades e da estrutura do processo, a que preside uma filosofia autónoma e distinta». Reconhecendo que «o objectivo precípua de qualquer processo de insolvência é a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores», considerou-se ser a estes «que cumpre decidir quanto à melhor efectivação dessa garantia», sendo «por essa via que, seguramente, melhor se satisfaz o interesse público da preservação do bom funcionamento do mercado». Nesta perspectiva, «ao direito da insolvência compete a tarefa de regular juridicamente a eliminação ou a reorganização financeira de uma empresa segundo uma lógica de mercado, devolvendo o papel central aos credores, convertidos, por força da insolvência, em proprietários económicos da empresa».

Salientando as principais inovações introduzidas pelo CIRE, de acordo com a enunciada filosofia de privilegiamento da posição dos